

# O resgate de 'brasileiros e brasileiras'

No discurso de posse, Dilma deve enfatizar os gêneros masculino e feminino para dizer que seu governo vai dar oportunidades iguais

**João Domingos** / BRASÍLIA

No discurso de posse, marcado para hoje, às 14h30, no Congresso Nacional, a presidente Dilma Rousseff vai reafirmar os compromissos com a estabilidade econômica, a responsabilidade fiscal e a área social, além de destacar os gêneros masculino e feminino. Quando fizer um agradecimento, dirá que o faz às brasileiras e aos brasileiros. Dirá, por exemplo, que foi eleita "presidenta" devido à confiança demonstrada no governo por "eleitoras" e "eleitores".

Trata-se de uma iniciativa que ela pretende fixar na mente dos brasileiros – e até orientou seus assessores a agirem assim e a chamá-la só de "presidenta". O recurso não é uma novidade: foi usado pelo então presidente José Sarney (1985/1990), que iniciava assim seus discursos: "brasileiras e brasileiros".

No primeiro pronunciamento oficial, a presidente eleita reforçará também o compromisso com a erradicação da miséria e o combate à pobreza, a ampliação dos programas sociais, como o Bolsa-Família e o Minha Casa, Minha Vida. A meta, dirá, é manter o crescimento da economia e gerar mais empregos.

Ela falará ainda em melhorar a educação, o atendimento à saúde, a segurança pública, com es-

pecial atenção para o combate ao crack, e em inserir o Brasil cada vez mais no cenário internacional. No total, a fala no Congresso deverá ter entre 30 e 35 minutos, de acordo com informação de assessores que prepararam o texto. É no Congresso que o presidente eleito presta o juramento de servir ao País.

**Emoção.** No primeiro discurso programado para o dia, no Congresso, vai prevalecer o tom solene, por meio do qual será feito um resumo de tudo o que a presidente pretende realizar nos próximos quatro anos.

Num segundo pronunciamento, previsto para ocorrer no parlamento do Palácio do Planalto, às 17h15, Dilma pretende adotar um tom mais emocional. De acordo com seus assessores, a

presidente sabe que tanto ela quanto o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vão chorar diante da multidão.

Na sua fala no parlamento, Dilma deve agradecer mais uma vez ao presidente Lula – que se despede do cargo hoje, depois de oito anos no poder – pelo apoio que garantiu a eleição da primeira presidente do Brasil. Dilma dirá que foi uma honra muito grande ter tido o privilégio da convivência com o presidente Lula e que com ele aprendeu a ter a dimensão do governante apaixonado pelo País e por sua gente.

No discurso solene do Congresso Nacional, Dilma vai dizer que foi eleita por uma coligação de 10 partidos, mais lideranças partidárias de outros que não a apoiaram oficialmente (*a exemplo do PP, que garantiu o Ministério das Cidades para o ex-líder Mário Negromonte*). Dirá que terá com o Congresso e com o Poder Judiciário uma relação de respeito, com o espaço reservado

para cada um, regra básica da democracia.

**Continuidade.** Dilma quer afirmar ainda que seu governo vai procurar dar à mulher e ao homem oportunidades iguais, porque o Brasil está maduro para isso. Maior exemplo, dirá ela, foi a sua eleição.

Ao contrário de Lula, que há oito anos iniciou seu discurso pregando “mudanças diante de um modelo que se esgotou”, a nova presidente falará que seu governo será de continuidade, mas sempre procurando melhorar e aperfeiçoar o que foi feito pelo antecessor.

Em 2003, quando encerrou o seu pronunciamento, Lula enfatizou: “Viva o povo brasileiro.” Como faz questão de separar o gênero feminino do masculino, Dilma não poderá usar a mesma forma de tratamento. Se optar por uma linha semelhante, terá de desdobrá-la em vivas “às brasileiras e aos brasileiros”.

## Erradicar miséria é ideia fixa da eleita

Parâmetro da linha de pobreza será elevado dos atuais R\$ 70 para R\$ 108 per capita para aumentar inclusão no Bolsa-Família

**João Domingos** / BRASÍLIA

A presidente Dilma Rousseff pretende dar à sua gestão, que começa hoje, a marca do combate à miséria e à pobreza. Para tanto, deverá aceitar sugestão da Fundação Getúlio Vargas e fixar em R\$ 108 os ganhos pessoais como medida da linha de pobreza – hoje, esse valor é de R\$ 70. Será uma espécie de meta de inflação,

já adotada pela área econômica.

Significa que, se a renda de uma família de quatro pessoas for de até R\$ 432 mensais, ela será qualificada de pobre e deverá receber ajuda do maior programa de transferência direta de dinheiro, o Bolsa-Família, caso ainda não seja contemplada. Com as linhas oficiais de pobreza e de indigência, Dilma imagina que poderá monitorar as políticas sociais do governo e medir com mais precisão as eventuais melhorias das condições de vida da população.

A preocupação de Dilma com os mais pobres tem dois motivos. Primeiro, ela busca cumprir sua principal promessa de cam-

panha, a de erradicar a miséria e aumentar a renda dos mais pobres; segundo, ela sabe que boa parte de seus 55,7 milhões de votos saíram das camadas de menor poder aquisitivo e que tiveram avanços econômicos durante o governo do presidente que sai, Luiz Inácio Lula da Silva. Só o Bolsa-Família atende mais de 12 milhões de famílias. É importante para seu projeto de poder garantir esses votos.

De acordo com pessoas próximas a Dilma, ela tem fixação por passar à História como a presidente que erradicou a miséria no País. Ao contrário de Lula, que fortaleceu os programas sociais mais por instinto e menos por planejamento, Dilma costuma sonhar em transformar o Brasil em uma nação que possa competir em renda, nível de educação e assistência à saúde com países europeus.

Uma das formas clássicas de

melhorar a renda das famílias é o emprego. Como durante o governo de Lula foram criadas mais de 15 milhões de novas vagas no trabalho formal, Dilma acredita que, se houver fortes investimentos em obras de infraestrutura, habitação e saneamento, o ritmo de criação de emprego continuará forte.

Entre os 13 pontos principais do novo de governo de Dilma, três dizem respeito à questão da miséria e da pobreza. Durante a campanha, ela estabeleceu como metas eliminar a pobreza absoluta do País, ampliar o papel do Bolsa-Família e o acesso das famílias atendidas pelo programa a outras políticas públicas.

Ao entregar a Dilma Rousseff a sugestão de que a linha da pobreza seja fixada em R\$ 108, o economista Marcelo Neri, coordenador do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, disse que ouviu da presiden-

te o desejo de "sofisticar a tecnologia social" e suplantando os ganhos do governo Lula em relação à diminuição da desigualdade social no País.

Marcelo Neri sugeriu a Dilma que a verificação da renda das famílias não se baseie apenas na informação de cada uma delas, mas também em dados sobre todos os "ativos" das pessoas do domicílio, como tipo de trabalho, condições de moradia, acesso a serviços públicos, pessoas com deficiência, crianças lactantes e idosos.

Dilma tem em suas mãos um estudo do IBGE, segundo o qual mais de três brasileiros de cada grupo de dez não conseguem ter acesso nem as refeições suficientes nem ingerem os nutrientes necessários para a segurança alimentar. Isso significa dizer que 11,2 milhões de pessoas podem ser classificadas nessa categoria no Brasil.

## IDH

● O Índice de Desenvolvimento Humano mede a condição de vida da população. Quanto maior, melhor



